



Anais da Assembléia

Nº 036

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rery Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª
LEGISLATURA
ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 003/97

Curitiba, 21.03.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná e adota outras providências pertinentes ao assunto.

O plano de lei ora submetido a essa colenda Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Administração; da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e do Governo, em cujas conclusões procurou-se atender ao máximo e na medida do possível, as reivindicações da classe do magistério público do ensino superior do Estado do Paraná.

Merece destacar que a proposta é de grande significado e de elevado interesse público e, sem qualquer sombra de dúvida, retrata um grande esforço no sentido de ensinar as necessárias condições a fim de que o ensino superior estadual atinja plenamente seus objetivos e, assim, atenda aos legítimos anseios da comunidade paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de

elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O anteprojeto encontra-se publicado em Avulso do dia 25.03.97)

MENSAGEM Nº 003/97

Curitiba, 21.03.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que visa conceder, conforme especifica, verba de representação aos servidores de nível universitário. Visa ainda, a presente proposição, adotar outras providências, entre as quais, algumas pertinentes ao Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP.

O anexo plano de lei resulta de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Administração e do Governo, os quais, procurando atender reivindicações do pessoal de nível universitário do Poder Executivo do Estado do Paraná, demonstraram que a concessão objeto da proposta ora encaminhada, deverá ser considerada, como na verdade é, um grande esforço de meu governo, pois atinge os níveis máximos que a atual conjuntura do Erário poderá suportar.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O anteprojeto encontra-se publicado em Avulso do dia 25.03.97).

MENSAGEM nº 005/97

Curitiba, 21.03.97.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceituado no art. 87, inciso XIX, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado denominada de Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A, com sede nesta Capital.

O Governo do Estado, com o intuito de sanear os compromissos do Sistema Financeiro Estadual, assumidos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, quando da Liquidação Extrajudicial do Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná S/A - BADEP, bem como promover o fortalecimento de suas empresas ligadas direta ou indiretamente, possibilitando a ampliação das margens operacionais e adequação da alavancagem financeira destas, tem como prioridade a criação da pretendida Agência de Desenvolvimento, voltada a atendimento da sociedade paranaense.

A criação de tal agência, vem ao encontro da política de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, apregoada pelo Conselho Monetário Nacional, regulamentada através da Medida Provisória 1.556, de 18 de dezembro de 1996, pela qual o governo estadual poderá então obter os recursos para o financiamento da Agência em questão.

Destarte, a criação da Agência em causa, consolidará o sistema financeiro estadual, bem como promoverá o enquadramento do Banco

do Estado do Paraná S/A, como Instituição Comercial, apregoado pelo Conselho Monetário Nacional.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O anteprojeto encontra-se publicado em Avulso do dia 25.03.97)

MENSAGEM Nº 006/97

Curitiba, 21.03.97.

Senhor Presidente.

Com o presente anteprojeto de lei, pretende-se obter autorização legislativa visando a criação, pelo Estado, de uma empresa de participação em investimentos privados no Paraná, sob o controle acionário do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Com a aprovação da Lei nº 11.253, de 21.12.95, que autorizou a negociação de parte das ações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e da Lei nº 11.428, de 14.06.96, que criou a Paraná Investimentos S/A, encontra-se o Estado do Paraná habilitado a retomada dos investimentos públicos necessários ao seu desenvolvimento, sobretudo nas áreas de atividades produtivas, aumento da receita tributária, geração de empregos, preservação do patrimônio reinvestido, atração de capitais privados para investimentos, infra-estrutura e de energia.

Contudo, o Estado carece, além de investimentos públicos, de inversões para atrair novas indústrias, oferecendo, para tanto, alguns incentivos, dentre eles a parceria com empresas em fase de instalação ou de expansão no território paranaense, mediante

sua participação acionária através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE ou de empresa por ele controlada.

O Estado do Paraná, através do Fundo de Desenvolvimento - FDE, buscará a co-participação de outros investidores na implantação de grande projetos industriais em seu território. Para tanto, torna-se imprescindível a criação de uma companhia de participações controlada pelo FDE, visto ser impossível, por razões de ordem legal, a participação de investidores diretamente no FDE.

Desse modo, a criação da empresa ora proposta completará a mudança sócio-econômica que se pretende, haja vista que a implantação de novas unidades industriais redundará em maior geração de empregos, rendas e tributos, melhorando o perfil econômico e social do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Paraná

(O anteprojeto encontra-se publicado em Avulso do dia 25.03.97)

MENSAGEM Nº 007/97

Curitiba, 21.03.97.

Senhor Presidente.

No exercício da competência conferida ao Chefe do Poder Executivo pelo art. 87, inciso IV, da Constituição do Estado do Paraná, venho submeter à apreciação dessa colenda Casa o anteprojeto de lei objetivando acrescentar nova alínea ao Parágrafo Único do art. 9º da Lei nº 1.384/53 e autorizar a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a participar de empresas a serem

constituídas sob a forma de sociedade anônima, destinadas a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, a transformação, o transporte, o armazenamento, a distribuição e o comércio de energia elétrica, e a desenvolver atividades na área de transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos, através do uso de meios ópticos, e atividades na área de telefonia celular, destinadas a atender as suas próprias necessidades inerentes ao objeto social, tendo, portanto, como usuários a própria COPEL, mas também terceiros, diminuindo, assim, sensivelmente os custos.

As alterações da Lei nº 1.384/53 justificam-se pela maior agilidade e flexibilidade empresarial que ensejarão à COPEL, assegurando-lhe solidez, maior rentabilidade e eficiência no atendimento do interesse público. Paralelamente, e sem custos para o Estado, implementar-se-ão condições de fundamental importância para o progresso da comunidade paranaense.

A participação da COPEL em novas empresas, em parceria com a iniciativa privada, ensejará o implemento das condições necessárias à garantia da adequação na prestação do serviço público do qual a COPEL é concessionária, liberando-a dos altos custos com que arcaria se fosse sozinha executar as aquisições e atividades necessárias, podendo os recursos correspondentes ser utilizados em outros empreendimentos igualmente de interesse público, os quais, sem este processo, careceriam dos meios necessários para seu atendimento.

A participação da COPEL em companhias a serem criadas para desenvolver atividades na área de transmissão de informações eletrônicas, comunicações e

controles eletrônicos através do uso de meios ópticos e na área da telefonia celular, além de destinar-se ao atendimento de necessidades da própria COPEL, propiciando-lhe condições para preservar a adequação na prestação do serviço público do qual é concessionária, poderá ter como usuários terceiros, sem qualquer prejuízo ao atendimento das necessidades da COPEL, possibilitando assim a participação de recursos privados.

Para preservar a adequação na prestação do serviço concedido, conforme exige a Lei Federal nº 8.987/95, em seu art. 6º, a COPEL precisa implantar novo sistema de controle em nível tecnológico mais avançado, utilizando fibras ópticas em "cabos guardas". Considerando-se que a iniciativa privada tem interesse no mesmo sistema para utilizar em transmissão de informações, sinais e dados e para televisão a cabo, sua possível participação no empreendimento com aporte de recursos reduzirá o custo do investimento da COPEL.

É oportuno e imprescindível destacar, dentre os benefícios com os quais essa lei favorecerá o Estado, a geração de novos empregos.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O anteprojeto encontra-se publicado em Avulso do dia 25.03.97).

MENSAGEM Nº 008/97

Curitiba, 21.03.97.
Senhor Presidente.

Na exercício da competência conferida ao Chefe do Poder Executivo pelo art. 87, inciso IV, da Constituição do Estado do Paraná, venho submeter à apreciação dessa colenda Casa o anteprojeto de lei objetivando autorizar a Companhia Paranaense de Energia - COPEL a adquirir a Companhia de Força e Luz Coronel Vivida - FORCEL.

A aquisição da FORCEL pela empresa paranaense COPEL afastará a possibilidade de empresas ou grupos de empresas sediados em outras unidades da Federação, ou mesmo associados a grupos estrangeiros, atuarem em território paranaense na execução dos serviços públicos de energia elétrica, o que poderia dificultar e, eventualmente, até inviabilizar o direcionamento dos interesses do Estado em tal setor.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(o anteprojeto encontra-se publicado em avulso do dia 25.03.97).

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº CTL/SEEG/047/97, do Senhor Governador do Estado, solicitando providências que se fizerem necessárias no sentido de que a Mensagem nº 84/95, de 29 de novembro de 1995 e o anteprojeto de lei através dela encaminhado sejam restituídos ao Poder Executivo, tendo em vista que o assunto versado ficou superado pela Lei nº 11.651, de 27 de dezembro de 1996, que autoriza o Estado do Paraná a aderir ao

Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, na forma da Lei Federal nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 277/97, do Senhor Artagnão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia da Resolução nº 1.882/97-TC, datada de 04 de março de 1997, em cumprimento ao Provimento 04/91, que dispõe sobre a homologação pelo Tribunal de Contas, dos cálculos de participação municipal no produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, para o exercício de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Venho pelo presente, cumprindo dispositivo regimental, indicar os nomes dos Deputados do PPB, abaixo designados para comporem a Comissão Permanente para Assuntos do MERCOSUL:

Titular: Deputado Augustinho Zucchi

Suplente: Deputada Irondi Pugliesi

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar os protestos de elevada e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI
Líder do PPB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por dez (10) sessões do

item 01, 2ª Discussão, do Projeto de Lei nº 219/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária (25/03).

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 495-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com base no art. 107 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária da Assembléia em Comissão Geral para apresentar parecer ao Projeto de Resolução nº 007/97.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Horácio Rodrigues, Cezar Silvestri, Plauto Miró Guimarães e Walmor Trentini

REQUERIMENTO Nº 487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, votos de profundo pesar, à família do jovem Leandro Francio, pelo seu falecimento, ocorrido na data de 22 de março de 1997.

Do aprovado, requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O jovem Leandro Francio faleceu tragicamente, vítima de afogamento, no último dia 22 de março, no Distrito de Vista Alegre, Município de Enéas Marques.

Filho de Armindo Francio, vice-Prefeito de Enéas Marques, e da Senhora Inês Francio, deixa os irmãos Tiago (13) e Inara (3).

Pessoa muito estimada em todo o município, líder estudantil e comunitário, Leandro deixa saudades a todos aqueles que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

REQUERIMENTO Nº 488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Ana Maria Silveira Manfrinato.

Alicerçou uma família, dentre os quais destacamos o conceituado companheiro Hélio Manfrinato e Dirceu Silveira Manfrinato.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Ana Maria Silveira Manfrinato, natural do Estado de São Paulo, Cidade de Bauru, mas que adotou a Cidade de Cianorte para ser o seu lar, onde constituiu sua família com muito amor e dedicação, ao lado do Senhor Primo Manfrinato, um dos pioneiros daquele município.

Tiveram 07 (sete) filhos, dentre eles mencionamos os companheiros, ex-Deputados Estaduais Hélio Manfrinato e Dirceu Silveira Manfrinato.

REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao Município de Palmeira, pelo transcurso de seus 178 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Mussoline Mansani, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Rogério Lima, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem toda a população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 07 de abril próximo, o Município de Palmeira estará comemorando seus 178 anos de emancipação política.

Palmeira, município forte na atividade agropecuária dos Campos Gerais, agora quer se transformar em um dos pólos industriais da região. O desenvolvimento econômico, tendo por base o segmento industrial, é uma das prioridades do município. A Cidade Industrial de Palmeira (CIP) é um dos principais projetos desenvolvidos pela administração municipal, que se encontra em fase de estruturação.

A Cidade Industrial de Palmeira vem sendo estruturada em uma área praticamente dentro do perímetro urbano, onde antes funcionava uma antiga indústria madeireira. A área abriga 14 barracões, que estão sendo revitalizados pelas empresas que irão instalar-se na CIP, em parceria com a Prefeitura, que está investindo neste projeto. Todos os barracões já estão

ocupados ou reservados, com indústrias de alimentos, metalúrgicas e confecções, entre outras atividades.

Através da Cooperativa Agropecuária Witmarsum, Palmeira apresenta uma contribuição efetiva para o desenvolvimento agro-industrial dos Campos Gerais. A Cooperativa emprega 400 pessoas, sendo um dos principais contribuintes de impostos dos cofres municipais. A Witmarsum produz e distribui laticínios da marca "Cancela".

Palmeira, tendo à frente de seus destinos o Prefeito Mussoline Mansani, caminha a passos largos rumo ao objetivo maior, que é o de proporcionar cada vez mais, melhores condições de vida à população palmeirense.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza a todos, na certeza de que continuarão com a mesma garra o trabalho diuturno para o completo desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO Nº 477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Tenente-Brigadeiro Lélcio Viana Lobo, Ministro da Aeronáutica, solicitando o envio de cópia do resultado da investigação sobre o acidente ocorrido em nossa Capital, no último dia 13 de setembro, com uma aeronave prefixo PT-OYH, e uma reavaliação da atual homologação do Aeroporto Bacacheri, atendendo a solicitação do Movimento de Moradores dos Bairros Circunvizinhos ao Aeroporto do Bacacheri, que representa a preocupação da população dos Bairros do Bacacheri, Jardim Social, Jardim

Chatagnier, Tarumã, Hugo Lange, Boa Vista, Bairro Alto e Cabral, com o incremento dos vôos comerciais naquele aeroporto.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, Doutor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando a construção de Estação Elevatória de Esgotos e a conseqüente construção de rede de esgotos sanitários que atenderá os conjuntos habitacionais, com aproximadamente 20.000 habitantes, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente pleito justifica-se tendo em vista que as moradias, mais de 5.000, dos Conjuntos Habitacionais de Cianorte, estão acéfalas de condições de saneamento. É de bom alvitre lembrarmos que o pedido ora apresentado tem naquela população grande interesse na sua execução.

Como é sabido, estamos desejosos de poder oferecer uma melhor qualidade de vida ao nosso povo; qualidade de vida que tem seu início no saneamento básico.

Lembramos também, que o referido empreendimento, é de extrema urgência, daí roga-se o pronto atendimento por parte da Presidência da SANEPAR, em executar as obras ora requeridas.

REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado

expediente ao Ilustríssimo Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a implantação do Sistema de Abastecimento de Água, na localidade de Pinho de Cima, Município de Irati.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Secretário Especial de Desenvolvimento Educacional, FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para reformas no Colégio Professor Júlio César da Costa, Município de Rebouças.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Secretário Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para reforma na pista de atletismo e calçamento na FECLI - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati - UNICENTRO.

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati - FECLI, encontra-se em fase de implantação do curso de Educação Física, ampliando a oferta de cursos, pois a FECLI se reveste de uma grande esperança e expectativa

no ensino superior para toda a região Centro-Sul do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando informações do por que a instituição financeira não mais está recebendo as contas de água, luz e telefone?

O pagamento destas contas só é aceito se feito através de débito em conta ou com cartão em caixa eletrônico.

Numa época em que os Bancos tem que abrir suas portas para maior e melhor atendimento ao público.

Numa época em que as portas se abrem para recebimento de contas como água e luz através de farmácias, supermercados, etc., a organização bancária representativa do Estado do Paraná repudia e não aceita o recebimento destas contas.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Nicolau Inthon Klüppel, Diretor Superintendente da SUDERHSA - Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, solicitando a perfuração de dois (02) poços artesianos no Município de Moreira Sales, sendo um no Bairro Tropical e outro no Bairro Três Pontes.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Carlos Cila de Andrade, Prefeito Municipal (Rua Maria Ferreira da Cruz, 550); e ao Vereador José Messias Andreta, Presidente da Câmara Municipal (Av. João T. M. Salles Netto, 700) CEP 87370-000.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se em expediente recebido do Legislativo Municipal de Moreira Sales, através do Vereador José Messias Andreta, no qual solicita a perfuração de dois poços artesianos em Moreira Sales, para os Bairros Tropical e Três Pontes.

Conforme justificativa, os pretendidos poços serão de grande benefícios para aquelas comunidades no que tange o abastecimento de bombas para pulverizar lavouras e as diversas atividades agrícolas das referidas localidades.

REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Sítio Cercado - Vila Osternack, os quais solicitam policiamento nessa vila, principalmente na Rua 8, tendo em vista a presença constante de menores fazendo uso de drogas em frente às residências.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua 8 - Sítio Cercado - Vila Osternack, os quais solicitam a implantação do serviço de entrega de correspondências no local.

O pedido está sendo feito pela Senhora Divina Maria Teixeira, fone 348-3263, em nome de toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 494

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima, os quais solicitam reparos nas ruas desse bairro com o Bairro Alto Cruz.

As mesmas encontram-se intransitáveis, cheias de buracos, necessitando urgentemente da passagem da máquina e a colocação de saibro.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 120/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Sagrada Família, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Sagrada Família, com sede à Rua Timbira, 161, Zona 06 (seis), Município de Cianorte, é uma associação civil, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, organizada exclusivamente para prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Conjunto Habitacional Arcésio Guimarães, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião ou outra condição.

São objetivos dessa associação, identificar, mobilizar e formar grupos para representar os interesses dos moradores, resolvendo problemas comuns e conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida daquela população.

Diretores, membros do Conselho e voluntários desenvolvem atividades na área da saúde, esporte e lazer, também promovem reuniões com autoridades, no sentido de reivindicar o bem estar social daquela associação.

Tendo em vista os motivos citados, contamos com o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação da proposição ora apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 121/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Acrescenta-se ao Art. 2º da Lei nº 5.482, de 20 de janeiro de 1967, os seguintes parágrafos com a redação que segue:

“§ 1º - Não será cobrada Taxa de Segurança Pública e por conseguinte não se expedirá qualquer recibo, averbação ou licença para funcionamento de agência de modelo, estúdio

fotográfico, bar, boate, casa de espetáculo, sauna de caráter comercial, hotéis, motéis e similares, que estiverem comprovada ou sob inquérito, respondendo a denúncia, pela prática de lenocínio ou aos crimes tipificados nos Artigos 214 e 218 do Código de Processo Penal e na Lei nº 2.252/54.

2º - No ato da cobrança da taxa e para a expedição da licença de funcionamento será exigido Certidão Negativa de processo e crime do proprietário e dos sócios dos estabelecimentos citados no parágrafo anterior."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(aa) IRINEU COLOMBO
DURVAL AMARAL
SÉRGIO SPADA
RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O Estado não pode manter uma relação fiscal ou monetária e expedir licença a quem exerce ofício ilícito.

Algumas casas noturnas estão registradas em nome de terceiros, evitando uma relação jurídica com seus verdadeiros proprietários. Em outros casos, o estabelecimento de fato está com outro proprietário. No entanto os documentos continuam antigos, com alvarás, licenças, etc. A presente modificação legal pretende enquadrar aqueles que importunados pela justiça, imediatamente criam um nova empresa e conseguem nova licença de funcionamento.

A tolerância à prostituição é fato relativamente aceito pela sociedade, mas não podemos permitir que estabelecimentos sob suspeita de corrupção de menores continuem funcionando autorizados pelo Poder Público.

A tipificação de crime hediondo, para os casos de exploração sexual de crianças pela legislação atual, nos permite argumentar que a casa noturna sob investigação, não poderá ser licenciada para funcionar, pela própria autoridade policial que a investiga.

O parágrafo segundo, além de estabelecer uma norma operacional quando da cobrança da taxa, obriga os novos proprietários de uma casa noturna a registrá-la em seu nome, pois se os documentos permanecerem no nome do antigo dono e este cometer crime, o atual proprietário não conseguirá licença para funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Senhor Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

No último sábado em Foz do Iguaçu, sob a coordenação do Deputado Estadual, nosso colega Sérgio Spada, tivemos o lançamento da Campanha Nacional contra a Exploração do Turismo Sexual Infantil. Este é um programa que a partir do ano passado está sendo desenvolvido pelo Governo Federal, onde tem o órgão principal como executor - a EMBRATUR - que estabelece protocolo com organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil, para combater, para controlar a prostituição infantil e suas variantes, entre elas o turismo sexual infantil. Foi feito o lançamento da campanha em Foz do Iguaçu, porque lá é um dos pólos nacionais do turismo, não porque Foz do Iguaçu tenha algum problema relacionado a isso.

Em Foz do Iguaçu, depois da instalação da CPI da Prostituição Infantil, não tivemos mais

lançamento foi realizado em Foz do Iguaçu, porque não teria sentido lançar uma campanha contra o turismo sexual numa outra cidade que não fosse um polo turístico importante, e no Paraná é Foz do Iguaçu.

O Paraná, com a atuação firme dos Deputados, do Governo, do Ministério Público, através do Procurador Geral da República, Doutor Olímpio, e do Poder Judiciário, estamos com um trabalho importante de prevenção ao problema e Foz do Iguaçu foi escolhida, porque devemos ali prevenir qualquer tipo de turismo sexual infantil.

A CPI da Prostituição Infantil no Estado do Paraná, sob a nossa Presidência e relatoria do Deputado Durval Amaral, fez uma série de recomendações, entre elas campanhas constantes para o combate deste flagelo. Em Foz do Iguaçu foi anunciado, pela Coordenadora da EMBRATUR, que até então o Brasil era conhecido lá fora por um cartaz, onde mostrava uma mulher, uma mulata com poucas roupas, e isso, de certa forma, transmitia a seguinte mensagem aos alemães, canadenses, franceses, que aqui no Brasil tinha mulher bonita, mas, sobretudo, fácil para as orgias que sonham.

E essa era a imagem que era vendida lá fora, inclusive por empresas aéreas de renome nacional. Foi então assinado, naquela cidade, um protocolo entre a organização não governamental Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu, os agentes públicos como: Conselho Tutelar, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente; as empresas aéreas; a Secretaria Estadual de Segurança; Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família, bem como a Secretária de Turismo daquele município, para que divulguemos cada vez mais, para que combatamos

cada vez mais, com maior rigor, nos alcoses, os agenciados, tanto da prostituição infantil como também da sua variante, que é o turismo sexual.

No Paraná, além da monitoração e a capacitação dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estaremos com uma campanha chamada "Campanha do 1%". Conseguimos implementar essa política do 1% através, se, criarmos os fundos municipais da criança e do adolescente, que, em muitos municípios não existem. E poderemos com eles, ter recursos para que os Conselhos Tutelares, no combate e na interligação com a sociedade, num combate - não repressor - mas o combate na base da assistência, da internação e do acompanhamento dessas crianças vítimas da exploração sexual, vítimas da exploração do trabalho.

Através dos fundos, a Campanha do 1%, daquilo destinado ao "leão", poderemos colocar dinheiro nos municípios, que os municípios farão uma política de atendimento especial à criança, através de Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares.

Também estamos apresentando hoje, um projeto de lei oriundo daquelas discussões ainda da CPI da Prostituição Infantil. Este projeto de lei faz com que todo aquele agente comercial ligado a bares, lanchonetes, boates, casas de espetáculos, saunas de caráter comercial, hotéis, motéis e similares, tenham que sempre quando renovar o seu alvara, apresente uma certidão negativa de processo ou de crime, dos seus proprietários e dos sócios. É mais uma forma de estabelecermos em lei um rigor no combate à prostituição infantil. Que ainda no Paraná está pequeno. Mas aqui, desta tribuna, quero fazer um alerta às autoridades do Paraná, especialmente as policiais, não

podem jamais afrouxar. Queremos cobrar das autoridades a perseguição, o combate sistemático àquelas pessoas que agenciam, os algozes da exploração. Porque falta o rigor da investigação, não o rigor da lei. Mas o rigor da investigação, o rigor do enquadramento.

E aí sim, precisamos das nossas autoridades policiais, porque aqui não pode acontecer como está acontecendo em Manaus. Não podemos descuidar, porque tem muita gente ainda explorando às escondidas e que não sofre o rigor da investigação, do enquadramento legal. Que lei existe, o que falta é o combate sistemático pelas autoridades policiais.

Então, Senhores, para que o Paraná não volte à situação que estava antes da CPI e para que, talvez, não chegue a uma situação tão degradante ao flagelo, que é a prostituição infantil, vou citar, ler um trecho do jornal "Gazeta do Povo" desta segunda-feira, que diz:

(Lê):

**"ZONA FRANCA DE PROSTITUIÇÃO
INFANTIL EM MANAUS"**

Meninas brincam de boneca de dia e à noite se oferecem nas praças, nas boates, cassino, com a conivência de policiais

Manaus - Nas poucas horas em que fica em casa, L., de 13 anos, não leva uma vida muito diferente das demais meninas do bairro Colorado, na periferia da cidade. Vez por outra assiste ao programa da Angélica na TV; gosta de brincar com um ursinho de pelúcia que ganhou numa máquina de diversão eletrônica; e na ausência de praças e parques no bairro pobre, pula amarelinha com as meninas de sua idade, nas ruas perto de casa.

Vaidosa, L. faz as unhas todos os sábados e adora posar para

fotografias. Diante da câmara, repete os gestos: arruma os cabelos com as mãos, curva as pernas e, depois de sorrir, faz duas exigências ao fotógrafo:

- Quero cópia das fotos e gostaria que fossem publicadas somente em jornais de fora.

Apesar da pose, L. anda triste. Os garotos andam zombando dela depois que descobriram a vida que leva fora do bairro. Nos momentos de desconsolo, L. só encontra conforto num ratinho branco de estimação que ganhou de uma amiga e guarda numa caixa de sapatos. Da escola e da mãe, que, segundo a menina, lhe tira o dinheiro que ganha com muito suor, L. não gosta nem de ouvir falar. A menina mora numa casa de dois cômodos com N., de 11 anos, a caçula da família, a irmã mais velha e o cunhado, que trabalham duramente em troca de salário-mínimo.

- O dinheiro deles mal dá para o aluguel. Prá mim não sobra nada. O pai morreu e a mãe vive por aí, só sabe me pedir dinheiro - conta.

Corretor é rigoroso em casa e licencioso fora dela

Bem distante do bairro Colorado, numa casa de classe média, perto do Centro, o corretor de seguros Benício dos Santos, de 56 anos, é quem dá as ordens. O corretor não admite que a mulher trabalhe fora e trata os filhos com mão-de-ferro.

- Não gosto de sem-vergonhice na minha casa. Lá quem manda sou eu - esbraveja quando está numa roda de amigos.

Benício só perde o ar sério quando deixa o escritório na Praça 14. Sorridente, molha o rosto, penteia o cabelo, arruma o bigode e assume o papel de conquistador ao estilo de Nelsinho, personagem do escritor paranaense Dalton Trevisan, em 'O vampiro de

Curitiba'. O corretor tem uma obsessão doentia pelas mulheres. Só que no seu currículo de conquistador Benício tem uma obsessão a mais que Nelsinho: o desejo por meninas de 12 a 10 anos.

- Mulher velha já tenho em casa. Meu negócio é franguinha. Quanto mais nova, mais fico arrepiado - diz.

A investida de Benício começa logo na Praça 14, onde meninas ganham a vida se prostituindo. Sua arma de conquista é uma nota de R\$ 10,00, com a qual consegue passar uma hora num dos motéis baratos que se espalham pelo centro."

O Sr. Ângelo Vanhoni - Concede-me um aparte?

Saiu na "Folha de São Paulo", ontem, uma pesquisa feita por um jornalista de São Paulo, que se disfarçou como se estivesse escrevendo um romance e investigou a relação de fronteira, como é a vida de fronteira, onde evidenciou que a máfia das colônias árabe e chinesa, no comércio ilegal de armas, no comércio da lavagem de dinheiro, e mais, no tráfico de crianças, de menores para a prostituição infantil.

Como não é esta reportagem que o senhor está lendo, gostaria de sugerir, como colaboração, esta reportagem que fala a respeito de um livro que este jornalista está providenciando. Só uma das notícias: ele contratou um menino que fazia a ponte da Cidade de Leste com Foz do Iguaçu, que era um passador de muamba, e ficou seu amigo. E esse menino, duas vezes por semana - segundo as denúncias da "Folha" - deixava 250 gramas de cocaína para funcionários da Receita e da Polícia Federal na passagem, como uma contribuição para que ficassem de olhos fechados para todo o comércio que

esse menino fazia durante este período.

É uma reportagem interessantíssima, e este romance, este livro, vai por a nu o que é a vida na fronteira do Brasil com o Paraguai.

O SR. IRINEU COLOMBO - Na verdade, é uma variante da minha explanação, mas estou chamando a atenção para o caos que é hoje em Manaus, que evidentemente não acontece aqui, mas chamando a atenção e a responsabilidade, novamente, às autoridades sobre a questão da prostituição infantil. Que lá, até um Delegado Especial, um tal de José Cavalcanti Filho,, participa do processo de agenciamento, e não é incomum.

No caso da fronteira Paraguai/Brasil/Foz do Iguaçu, depois da CPI, o que aconteceu? As meninas e os meninos que estavam sendo explorados no Brasil passaram para o outro lado. Tivemos uma audiência com Djalma Mariano, que é o nosso Cônsul, bem como o Prefeito de Hernandárias, no Paraguai, onde eles estão preocupadíssimos com a situação. O Cônsul, Deputado Ângelo Vanhoni, citou, inclusive, uma possibilidade de convênio com o Brasil/Paraguai, para proibir o trânsito de menores na ponte, porque estão desaparecendo menores, garotas e garotos. Alguns vão para a prostituição e outros ninguém sabe o fim que levam, mas pessoas de nacionalidade brasileira, menores, que estão indo para o Paraguai, é um coisa assustadora.

É um alerta que fazemos, sempre avivando a questão da prostituição infantil, estamos cientes, estamos acompanhando e combatendo sistematicamente, sobretudo com Conselhos Tutelares.

Obrigado, Senhor Presidente, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- É com satisfação que, em nosso meio temos uma Delegação do BANESPA de Ponta Grossa, formada pelos amigos Desidério Sansão, José Carlos Ferreira da Costa, Wilson, Roseli e João Cândido Ávila, que, infelizmente, vêm nesta tarde, através da palavra do nosso Presidente da Federação dos Bancários do Paraná, Gladir Basso, a relatar um fato, para o qual, desde já têm o nosso apoio, nosso endosso, nossa solidariedade e, principalmente, a nossa participação nesta luta dos bancários do Paraná.

Concedo cinco minutos ao Presidente da Federação dos Bancários que, em nome do BANESPA de Ponta Grossa, usará da nossa tribuna.

O SR. GLADIR BASSO - Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk, demais Deputados integrantes da Mesa, Senhores Deputados, demais presentes à Assembléia Legislativa, também me referindo aos funcionários e Diretores do Sindicato dos Bancários de Ponta Grossa, que participam desta sessão, permitida sob a condição de se fazer uma exposição sobre o fechamento da Agência ou das Agências do BANESPA de Ponta Grossa e de Paranavaí.

Na verdade, a Agência de Ponta Grossa já está funcionando há 27 anos e hoje, em função de problemas, principalmente sofridos após a intervenção do Banco Central, temos o resultado em que no período, após a intervenção, o Banco não teve a capacidade de buscar o encaminhamento da sua atividade econômica, em função, principalmente, da determinação do Banco Central, e isso ocasionou, evidentemente, uma série de problemas, principalmente no enfrentamento do encaminhamento de outras operações que pudessem apresentar uma rentabilidade maior

para as Agências do Banco a nível nacional.

O BANESPA propõe hoje o fechamento de 91 Agências a nível nacional e temos dados que mostram que, em 1995, o Banco do Brasil, juntamente com o BANESPA, representavam 98% dos créditos colocados à disposição da Carteira de Crédito Rural, a nível nacional.

Com toda essa certeza, estamos hoje - como Presidente da Federação dos Bancários do Paraná, não só em nome da Federação, mas de todos os Sindicatos filiados dos bancários e, principalmente em nome dos funcionários do BANESPA de Ponta Grossa e de Paranavaí - pedindo o apoio de todos os Parlamentares, no sentido do encaminhamento, de buscar uma solução política, da manutenção da Agência do BANESPA de Ponta Grossa e Paranavaí.

Neste mesmo encaminhamento, é importante esclarecer que a Agência de Ponta Grossa, hoje, representa um ponto importante em função da localização estratégica da Cidade de Ponta Grossa em relação ao MERCOSUL.

Não é apenas só o BANESPA, mas são basicamente os problemas dos Bancos Estaduais, como é o caso do BANESTADO e de outros Bancos Estaduais, do BANERJ e de outros Bancos que sofrem evidentemente, hoje, problemas em função, não só do Banco Central, mas de algumas resoluções do Governo Federal.

E todos nós, temos a compreensão de, no momento em que estamos pedindo o apoio, a dedicação de todos os Parlamentares desta Assembléia Legislativa, principalmente da Mesa Diretiva dos Trabalhos, é porque entendemos que os Bancos Estaduais têm uma fundamental participação eficiente no seu papel social a serviço da comunidade. Tem um papel social fundamental como instrumento de

buscar a implementação de projetos sociais, fundamentais para todos os segmentos da sociedade.

E, mesmo o BANESPA sendo um Banco Estadual, estar no Paraná, tem evidentemente, no mesmo projeto a mesma dedicação, o mesmo trabalho e o mesmo trato desta questão.

É por isso, Senhores Parlamentares, que estamos aqui, trazendo a preocupação e o desejo de que nós todos, a Federação dos Bancários, os Sindicatos e todos os Senhores Deputados engajados num projeto, para que possamos reverter numa posição política a decisão do fechamento da Agência do BANESPA de Ponta Grossa e de Paranavaí. A certeza de que isso é possível, é buscar a implementação e colocar com clareza o projeto e o restabelecimento do papel desta Agência, que vinha buscando ao longo dos anos, principalmente no seu Projeto do Trato dos Financiamentos de Crédito Agrícola no Estado do Paraná.

É neste ponto que agradecemos o espaço colocado à disposição, e principalmente dizer que, dos 26 funcionários do BANESPA, da Agência de Ponta Grossa, apesar de ser um Banco do Estado de São Paulo, a maioria deles são pontagrossenses, residem em Ponta Grossa e têm, evidentemente, uma afinidade fundamental com a sociedade de Ponta Grossa.

Muito obrigado aos Senhores Parlamentares, à Mesa Diretora dos Trabalhos, e pedir o apoio...

O Sr. Ângelo Vanhoni - Queria pedir uma permissão ao Presidente, para dizer ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Vossa Excelência tem dois minutos.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Caro amigo Gladir, Presidente da

Federação, e ao nosso amigo também, Fumagalle, Diretor da Federação dos Bancários, com quem tive o prazer de iniciar a minha vida política nas questões dos bancários, fundamentalmente dos Bancos Públicos, que já têm mais de quinze anos, tanto de luta dos senhores quando minha, na defesa deste patrimônio, que achamos importante para o desenvolvimento da nossa economia, do Estado e da nossa gente.

Muitas vezes, aqui na Assembléia Legislativa, não conseguimos resolver as coisas que para nós parece que são fáceis de serem resolvidas. Não estão em jogo os 26 funcionários residentes em Ponta Grossa, paranaenses que podem ficar sem o emprego por causa do fechamento de uma Agência do BANESPA. O que está em jogo é a defesa de uma instituição pública que tem um papel importante no desenvolvimento do nosso povo, como são os Bancos Públicos.

Tenho a certeza que já conversei - e Vossa Excelência sabe disso - com o vice-Presidente desta Casa, que é de Ponta Grossa, tem o Deputado Plauto Miró, que é de Ponta Grossa, tem o Prefeito de hoje de Ponta Grossa, Jocelito Canto, que era nosso colega aqui na Assembléia, além disso temos mais o Deputado Péricles Mello, do meu Partido, que é de Ponta Grossa, junto com o Presidente da Assembléia Legislativa, vamos fazer o possível junto à Direção do Banco BANESPA, para que essa posição seja revertida, isto é, que esta Agência volte a operar e que tenha por parte da Direção, o prestígio como outras instituições, outras unidades no resto do Brasil têm, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de Ponta Grossa, na região agrícola e de lá do norte pioneiro, na região de Jacarezinho, tão importante para aquela região que é um Banco

público, um Banco estatal como é o BANESPA.

Por isso, tenha a certeza de que é isso que vamos fazer aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. GLADIR BASSO - Muito obrigado ao Deputado Ângelo Vanhoni.

E a certeza de que nós, em nome da Federação dos bancários possamos, Deputado Luiz Carlos Zuk, contar com o apoio, a compreensão e a dedicação de todos os Parlamentares que, com certeza, podemos garantir a manutenção e o funcionamento do BANESPA em Ponta Grossa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- A Presidência, na pessoa do Deputado Anibal Khury, já endossou esta manifestação dada pelo Presidente da Federação, não só de Ponta Grossa, mas também a nossa querida Paranaíba. Estaremos juntos nesta luta.

Concedo a palavra, em seguida, ao ilustre Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES - Senhor Presidente, demais Deputados companheiros nossos.

Queremos aqui hoje, vindo a esta tribuna pela primeira vez no ano de 97 - já estava dando saudades - e como o meu amigo e companheiro da região, o Tureck, não está aqui hoje, estou aproveitando o espaço para trazer da nossa região, algumas novidades.

Na semana que passou fizemos, Senhor Presidente, o lançamento da venda dos boxes da Grande Feira do Vestuário que é feita anualmente na Capital do Vestuário, que é Cianorte. Meus caros, companheiros Deputados, foi um sucesso. Passamos por uma fase difícil, a nossa região de Cianorte, as indústrias de confecção sofreram

bastante, muitas empresas fecharam as portas, mas graças a Deus, está havendo uma retomada no crescimento daquelas indústrias novamente. Tivemos uma grande abertura de negócios e a perspectiva é muito boa. Estamos percebendo que será este ano de 97, para os empresários que atravessaram uma fase difícil, o ano da redenção da nossa região.

Tivemos também o prazer de receber, na nossa cidade, o Secretário de Segurança Doutor Cândido Martins de Oliveira, e depois, junto com ele, estivemos na Cidade de Tuneiras do Oeste, entregando algumas viaturas e depois tivemos o prazer de inaugurar o Agência da CIRETRAN no Município de Rondon, como foi inaugurado - ontem, ouvindo nosso companheiro Élio Rusch, na região dele - em Santa Helena, me parece, e foram inauguradas outras CIRETRAN's pelo Paraná. Mas na nossa região, no nosso mandato, desde que assumiu o Governo Jaime Lerner, inauguramos em Cianorte o prédio próprio da nossa CIRETRAN, uma reivindicação de mais de 15 anos de espera da construção deste prédio, e nós, no anos passado, tivemos o prazer de, neste governo, entregar o prédio pronto à nossa comunidade. Também em Rondon estamos com o projeto pronto, iniciando a obra no Município de Cidade Gaúcha também.

Então, evoluiu bastante este setor, tem sido atendido os nossos pleitos - em parte, pelo menos - os nossos municípios na nossa região, e por isso quero justificar a minha ausência aqui na reunião secreta que tivemos na quinta-feira passada com a Direção do BANESTADO, mas nem por isso posso ser contra a CPI que muitos Deputados já falaram e estamos prontos para ouvir e examinar e, se possível, acompanhá-los, porque também somos contra as irregularidades às vezes

praticadas. Nós, na hora certa criticamos, e também, quando necessário, aplaudimos os atos do governo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Encerrado o Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Deputado Carlos Simões.

Antonio Annibelli.

(Todos declinam).

Passamos ao Horário das Lideranças.

(Todas declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Augustinho Zucchi, na qualidade de Líder do PPB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para compor a Comissão Permanente para Assuntos do MERCOSUL. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Durval Amaral, Sérgio Spada e Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiada.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que institui a realização obrigatória de exame psicológico de avaliação pessoal para portadores de arma de fogo, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E S.P.

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 219/95.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/97, de autoria dos Deputados Antonio Martins Annibelli e outros, que transforma cargos da simbologia "G", da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e dá outras providências. (Publ. no D.A. nº 34, de 24.03.97).

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Horácio Rodrigues, Cezar Silvestri, Plauto Miró Guimarães e Walmor Trentini, constante do expediente, solicitando a transformação da sessão plenária da Assembléia em Comissão Geral para apresentar parecer ao Projeto de Resolução nº 007/97. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Concedo a palavra, já designando o ilustre Deputado José Tavares para fazer o relatório e ser o relator da matéria.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas. Designado pela Mesa Executiva para relatar o Projeto de Resolução nº 07/97, passo a

proferir o meu parecer, fundamentado nos seguintes termos:

(Lê):

"COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/97
P A R E C E R:

Relatório

O presente projeto de resolução, de autoria de vários Senhores Deputados, tem por objetivo transformar cargos da simbologia G, da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição em tela visa proporcionar um melhor aproveitamento funcional nos Gabinetes dos Senhores Deputados e está fundamentada na reformulação, nos mesmos moldes, ocorrida na Câmara dos Deputados.

Conclusão

Isto posto, essa Comissão Geral de Plenário, amparada no # 2º, do art. 122 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, apresenta parecer favorável, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) JOSÉ TAVARES"

Isto posto, entendo que, com base no # 2º, do Art. 122, do Regimento Interno desta Casa, que o presente projeto de decreto legislativo está em condições de ser aprovado, e por conseguinte, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Em discussão.

Em votação o parecer feito em Plenário.

Aprovado.

Primeira discussão do Projeto de Lei nº 07/97.

Aprovado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Gostaria que a Mesa

registrasse a presença do Prefeito de São Sebastião da Amoreira, acompanhado do seu vice-Prefeito e ainda Líder na Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, Vereador Isaac.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Perfeitamente registrado e associado pela Mesa Executiva.

Sobre a mesa, Requerimento nº 488, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 491, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 492 a 494, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 487, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 462, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 477, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 478, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 479, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 481 a 484, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.

Aprovados: A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 495-A, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 389/95, 291/96 e 390/96.

Levanta-se a sessão.